

França – Guiné-Bissau

Documento quadro de parceria

(DCP)

2008 – 2012

França – Guiné-Bissau

Documento quadro de parceria

2008 – 2012

1. A Guiné-Bissau e seu desenvolvimento

- 1.1. Um contexto difícil, herança de uma historia perturbada*
- 1.2. Um potencial forte*
- 1.3. Principais desafios*
- 1.4. Uma estratégia de desenvolvimento ambiciosa*
- 1.5. Progressos animadores*

2. A estratégia dos parceiros

- 2.1. Um diálogo necessário para uma ajuda internacional indispensável*
- 2.2. A confiança reencontrada da comunidade internacional*
- 2.3. A complementaridade dos parceiros*
- 2.4. A coordenação da ajuda*

3. A estratégia da cooperação francesa

- 3.1. As exigências de uma reflexão estratégica partilhada*
- 3.2. Acções concentradas para a realização de objectivos partilhados*
- 3.3. Os programas transversais centrados no reforço do capital humano*
- 3.4. Os programas sectoriais orientados nos OMD*
- 3.5. As modalidades de implementação do documento quadro de parceria*



A França, há muito tempo comprometida ao lado da Guiné-Bissau no quadro europeu e por seus meios próprios na sua luta pela estabilidade e desenvolvimento auto-sustentável, reafirma a sua vontade de estabelecer com ela uma parceria política, económica e cultural mais fecunda.

Este documento quadro de parceria define os grandes eixos da cooperação franco-bissau-guineense para os cinco próximos anos (2008-2012). Traduz a ambição dos nossos dois países de inscrever a sua relação na duração, de acordo com uma estratégia de intervenção concebida em bases consensuais.

Esta parceria responde às prioridades nacionais da Guiné-Bissau, considerando as suas vantagens e os seus constrangimentos bem como os desafios internacionais aos quais os nossos dois países estão confrontados (nomeadamente a luta contra os grandes tráfegos, a imigração clandestina e o terrorismo).

Concebido de acordo com uma abordagem participativa, este documento respeita os compromissos internacionais subscritos pela Guiné-Bissau e pela França e vela, em cada domínio de intervenção retido, à:

- responder às necessidades formuladas pelo Governo da Guiné-Bissau no Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP) e partilhadas com a comunidade internacional;
- Apostar na complementaridade entre doadores, em especial com a Comissão europeia, declinando de maneira operacional os princípios da "Declaração de Paris";
- associar sempre que possível, as capacidades de engenharia e de execução dos actores locais (escritórios de estudos, empresas, ONG, etc.);
- procurar relações privilegiadas com os actores franceses do desenvolvimento (investidores e empresários privados, institutos de investigação, organizações de solidariedade internacional, territórios administrativos);
- integrar o imperativo do desenvolvimento sustentável;
- inscrever as acções, sempre que se justifica, numa perspectiva regional.

1. A Guiné-Bissau e o seu desenvolvimento

A instabilidade crónica que se verificou no passado não permitiu conduzir políticas públicas fortes e duradouras capazes de valorizar as vantagens do país e fazer face aos desafios do seu desenvolvimento. O Estado, sempre frágil, está confrontado com importantes investimentos e o quadro económico e social permanece sombrio, apesar de fortes potencialidades. Mas as Autoridades iniciaram com determinação reformas que abrem novas perspectivas.

1.1. Um contexto difícil herdado de uma história perturbada

O conflito de 1998-1999 abrandou à dinâmica criada pela abertura política e económica do país (multipartidarismo em 1994, adesão à UEMOA em 1997). A instabilidade política durante o período 2000-2003 abalou todas as instituições da República, desorganizou o aparelho de Estado e provocou uma recessão que agravou as sequelas da guerra. O regresso às instituições democráticas foi iniciada em Abril de 2004 e concluído em Outubro de 2005, com a organização de eleições legislativas, e depois presidenciais, reconhecidas como livres e transparentes. Mas a instabilidade crónica do país e a sua forte dependência externa não permitiram a condução de políticas públicas suficientemente virtuosas, capazes de valorizar as vantagens do país e fazer face, através de um crescimento sustentado e das acções eficazes contra a pobreza, aos desafios do seu desenvolvimento. A Guiné-Bissau permanece até agora um país frágil, pobre, exposto aos choques exógenos e muito endividado.

1.2. Um real potencial

Para além de uma dimensão geográfica reduzida e uma população limitada e jovem, factores favoráveis à um desenvolvimento rápido e controlado, a Guiné-Bissau dispõe de vantagens reais: uma fachada marítima aberta sobre às Américas e à Europa, recursos abundantes e preservados que



apresentam um forte potencial económico (agricultura, pesca, sector mineiro, energias renováveis, turismo) bem como uma identidade nacional sólida que federe uma grande diversidade cultural e uma dupla pertença à Lusofonia e Francofonia. A sua pertença à numerosas organizações regionais e a densidade das suas relações e intercâmbios com os países vizinhos são favoráveis ao reforço da sua integração económica e social num espaço regional dinamizado por importantes projectos de infra-estruturas em curso (ponte sobre o Rio Cacheu) ou previstos (Projecto energia da OMTG).

1.3. Principais desafios

Por falta de políticas de desenvolvimento eficazes e de financiamentos suficientes, este potencial humano e económico permanece em grande parte subaproveitado. A massa salarial dos funcionários (75% do orçamento do Estado) e a dívida externa (993,3 M\$ em 2006 ou seja 317% do PIB) pesam sobre as finanças públicas, que têm dificuldades em garantir a regularidade do pagamento dos salários dos funcionários e os salários dos militares. Embora elegível à iniciativa PPTTE, a Guiné-Bissau ainda não atingiu o ponto de conclusão. O Estado, que permanece por construir, é confrontado com desafios essenciais para a estabilidade nacional e regional, como a utilização do território nacional como ponto de trânsito para a Europa dos tráfegos ilícitos (drogas e migrações clandestinas) ou a imperativa reforma do sector de segurança. A Guiné-Bissau, classificada segundo o índice de desenvolvimento humano do PNUD na 175ª posição num total de 177 países, progride muito lentamente na realização dos objectivos do milénio para o desenvolvimento. A extrema fragilidade da situação humana e a fraca cobertura do país em serviços sociais básicos, traduzem-se numa esperança de vida ao nascimento de somente 45 anos.

1.4. Uma estratégia de desenvolvimento ambiciosa

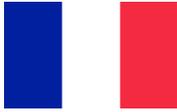
As prioridades da Guiné-Bissau são definidas no Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP), apresentado pelo Governo aos doadores durante uma Mesa redonda dos parceiros (Genebra, 7-8 de Novembro de 2006), e adoptados em 2007 pelo Parlamento. O seu objectivo central (redução de metade da pobreza no horizonte 2015) é ambicioso, e o seu custo elevado (441 M\$). O DENARP tem como prioridade, numa perspectiva de reconstrução pós-conflito, a edificação de um Estado de Direito e a restauração do quadro macro-económico (eixo 1), o crescimento económico, a criação de empregos e a valorização do capital humano (eixo 2), a construção de infra-estruturas de base (eixo 3) e a protecção dos grupos mais vulneráveis (eixo 4). Esta política de desenvolvimento determina uma estratégia relevante de redução da pobreza, mas supõe a realização de preliminares como a reforma do sector da segurança e a da administração pública, bem como a melhoria do quadro macro-económico. O outro desafio para o Governo é a definição, dentro deste programa de desenvolvimento, de prioridades de curto prazo apoiadas por recursos financeiros.

1.5. Progressos animadores

No âmbito do DENARP, o Governo iniciou com determinação reformas para restaurar o quadro macro-económico e realçar as finanças públicas. Um plano de saneamento de emergência foi lançado para aumentar as receitas fiscais e melhorar o controlo da despesa pública. Estas medidas permitiram liquidar grande parte dos atrasos salariais. Além disso, o Governo preparou com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) um plano operacional de emergência de luta contra o tráfico de narcótico. Por último, após a apresentação de um programa muito ambicioso durante a Mesa redonda de Genebra (184 M\$ durante três anos), a reforma do sector de segurança (processo integrado referente às forças armadas, à polícia, à justiça e aos antigos combatentes) começou seguramente no início do ano 2008, com o recenseamento dos efectivos em causa.

2. A estratégia dos parceiros

Intensamente dependente da ajuda externa, a Guiné-Bissau tem necessidade de manter um diálogo estreito e constante com a comunidade internacional, um diálogo que foi perturbado no passado devido à instabilidade ou carências em termos de governação. A confiança dos parceiros, que orientam globalmente as suas estratégias numa óptica de reabilitação pós-conflito, foi restaurada. A eficácia da ajuda supõe no entanto mecanismos de coordenação mais eficientes que implicam a participação do Governo.



2.1. Um diálogo necessário para uma ajuda internacional indispensável

A Guiné-Bissau é muito dependente da ajuda internacional, que representa cerca de 12 % do PIB e financia 96 % dos investimentos públicos. O fluxo de ajuda anual sob a forma de dons é de aproximadamente 30 M\$ desde 2000, e varia de 15 a 45 M\$ de acordo com os anos. O desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau exige a curto e médio prazos um apoio activo dos parceiros ao desenvolvimento. As Autoridades, conscientes deste facto, pretendem manter um diálogo estreito e constante com a comunidade internacional e evitar os erros do passado, nomeadamente em matéria de governação. Privilegiam as relações com as Instituições de Bretton Woods, que confortam o quadro geral de intervenção dos doadores multilaterais assim como bilaterais, e procuram beneficiar dos recursos das iniciativas e fundos internacionais inovadores para o desenvolvimento.

2.2. A confiança reencontrada da comunidade internacional

Os doadores bilaterais e multilaterais redefinem actualmente a sua estratégia de intervenção a favor da Guiné-Bissau numa perspectiva pós-conflito, o que pode ser considerado como um sinal positivo. As relações com as Instituições de Bretton Woods, em especial com o Banco Mundial, são actualmente normalizadas. Tendo seguido as recomendações do Fundo monetário internacional no âmbito do programa de referência (Staff monitored program) implementado em 2005, a Guiné-Bissau obteve no dia 28 de Janeiro de 2008 a aprovação do Conselho de administração do FMI para um programa de assistência pós-conflito (EPCA) que cobre um período de doze meses e representa 5,6 M\$. Este acordo autoriza a mobilização dos recursos financeiros (262,5 M\$) anunciados durante a Mesa redonda dos doadores de Genebra em Novembro de 2006 em apoio à estratégia de luta contra a pobreza. Abre além disso o caminho a um programa FRPC que permite atingir o ponto de realização da iniciativa PPTTE e à Iniciativa de redução da dívida multilateral (IADM). Se a estabilidade do país for preservada, esta renovação de confiança da comunidade internacional deveria permitir acabar com os atrasados de pagamento dos exercícios passados, melhor equilibrar os próximos orçamentos, e libertar financiamentos para as reformas institucionais e os investimentos previstos pelo DENARP.

2.3. A complementaridade das parcerias

O Banco Mundial conduz actualmente 5 projectos que representam 66,7 M\$, nos sectores da saúde, da biodiversidade, da luta contra o VIH-SIDA e da reabilitação das infra-estruturas. A retoma do diálogo com o Governo permitiu a esta instituição de relançar o seu Projecto multisectorial de reabilitação das infra-estruturas (20 M\$). O Banco africano de desenvolvimento intervém nos sectores da reforma da administração pública e da promoção do sector agrícola e rural.

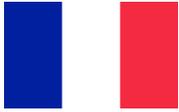
A Comissão europeia é um parceiro de primeiro plano para a Guiné-Bissau, com um total de 100 M\$ previstos no envelope A do 10º FED (2008-2013), dos quais um terço sob a forma de ajuda orçamental directa. As intervenções são doravante concentradas no apoio às reformas da administração e do sector da segurança, numa óptica de prevenção dos conflitos (27 M€), assim como no apoio aos sectores da água e da energia (26 M€).

A Guiné-Bissau, que beneficiava de um apoio limitado por parte dos doadores bilaterais, retém doravante mais a sua atenção. Para além do nascimento de ambiciosas cooperações sul-sul (com a África do Sul, Angola, Brasil, Moçambique ou Venezuela) e uma presença reforçada da China, assinala-se o apoio acrescido dos Estados-Membros da União Europeia, nomeadamente no âmbito da luta contra os grandes tráfegos internacionais. Destaca-se Portugal (40 M€ durante três anos), seguido de Espanha (15 M€ durante três anos).

2.4. A coordenação da ajuda

O processo de concertação e harmonização da ajuda foi iniciado em Abril de 2006 por uma iniciativa conjunta da Delegação da Comissão europeia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que criou, no âmbito da "Declaração de Paris", um Grupo de parceiros da Guiné-Bissau, aberto à todos os doadores bilaterais e multilaterais. Este grupo é composto por sete subgrupos temáticos (desenvolvimento humano, segurança alimentar, desenvolvimento rural e agricultura, infra-estruturas, reforma do sector da defesa e da segurança, reforma administrativa, governação política e justiça, governação económica e sector privado).

Esta iniciativa dos parceiros deve doravante ser levada a cabo pelo Governo cuja implicação nos processos virtuosos de concertação, de coordenação e de harmonização sectorial é esperada. Será



relançada no âmbito da implementação do Código de conduta da União Europeia sobre a divisão do trabalho na política de desenvolvimento, cuja versão consolidada será brevemente sujeita ao conjunto dos parceiros, e será facilitada pela maior concordância dos ciclos de programação, e nomeadamente os da Comissão europeia (2008-2013) e os das Nações Unidas (2008-2012). Da mesma forma, o período coberto pelo presente documento quadro de parceria corresponderá de forma igual à do próximo DENARP, em preparação.

3. A estratégia da cooperação francesa

Tem por base uma análise comum da situação e das perspectivas do país, e a convicção de que as intervenções comunitárias e multilaterais não podem dispensar-se das relações de cooperação de Estado à Estado. É concebida para apoiar, em torno dos grandes investimentos que constituem o objecto, o diálogo político bilateral.

3.1. As exigências de uma reflexão estratégica partilhada

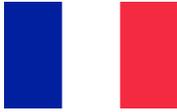
Os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, as prioridades do DENARP e a estratégia de ajuda ao desenvolvimento da França, bem como os princípios da "Declaração de Paris", são a base do presente documento quadro de parceria entre a França e a Guiné-Bissau para o período 2008-2012, cuja filosofia baseia-se numa série de constatações e pareceres partilhados pelos dois países:

- A suspensão dos projectos e o relativo afastamento da cooperação francesa na sequência do conflito de 1998-1999 implicam actualmente, nomeadamente devido à uma necessária actualização do conhecimento dos novos contextos (políticas sectoriais, actores...), o repartição no tempo e a implementação progressiva e sem transtornos de novos meios técnicos e financeiros.
- Num país frágil, a acção de cooperação que amplamente diz respeito aos domínios que são da competência da soberania do Estado, deve ser baseada num diálogo político estreito e permanente com as Autoridades, permitindo que sejam feitas as adaptações e flexões necessárias, num contexto em mudanças.
- A necessidade de investimentos para melhorar a situação económica e social é considerável e urgente em todos os sectores, num ambiente financeiro limitado. A selecção de prioridades é por conseguinte um exercício indispensável e difícil, que impõe escolhas claras, objectivas e equitativas.
- As evoluções negativas procedentes de uma história movimentada são reversíveis a médio e longo prazo apenas com a implicação dos actores, incluindo privados. A criação de um ambiente de negócios saudável e atractivo, permitindo o desenvolvimento dos investimentos e a emergência de um sector produtivo privado formal forte, é uma necessidade.
- O reforço do capital humano pela formação é um imperativo que deve, numa fase de reconstrução pós-conflito, irrigar o conjunto dos programas e dos sectores de cooperação.
- Os desafios internacionais (criminalidade organizada, terrorismo, grandes pandemias, movimentos migratórios) estão no centro dos interesses da cooperação franco-bissau-guineense.
- O reforço da integração regional nos planos económico, social e cultural, procurado pelas Autoridades, é favorável não somente à estabilidade do país, mas igualmente à do conjunto da sub-região.

3.2. Acções concentradas para a realização de objectivos partilhados

O reforço da parceria da França com a Guiné-Bissau responde à dois objectivos estreitamente ligados: a) reforçar a estabilidade, a democracia e a governação, que constituem os fermentos da coesão social, as alavancas do desenvolvimento económico e os pré-requisitos de uma relação construtiva com os parceiros e os países vizinhos; b) conduzir uma política de desenvolvimento sustentável de um território nacional integrado ao conjunto regional, graças a um crescimento económico equitativo e respondendo ao imperativo de luta contra a pobreza e desigualdades.

A política de cooperação franco-bissau-guineense, selectiva e concentrada, tem consequentemente três pilares: a) o apoio à boa governação; b) a formação dos quadros e a promoção dos intercâmbios linguísticos, culturais e económicos; c) a melhoria das condições de vida e do acesso aos serviços de base das populações urbanas, em especial dos mais pobres.



As acções são postas em pratica através de :

- dois programas transversais, assim designados por terem como objectivo principal o reforço do capital humano sem orientação sectorial específica, visando por um lado melhorar a governação e o Estado de Direito, e por outro lado desenvolver o ensino do francês, a cooperação cultural e a mobilidade estudantil.
- um programa sectorial directamente ligado à realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, num sector de concentração (o desenvolvimento urbano através da reabilitação das infra-estruturas e equipamentos urbanos, com prioridade na capital) ao qual acrescenta-se o prosseguimento dos apoios da França ao Ministério da saúde.

3.3. . Os programas transversais centrados no reforço do capital humano

Governação e Estado de Direito

(a) Governação financeira e económica

A França está presente neste sector há vários anos sob a forma de dispositivo de assistência técnica que será mantido para acompanhar o prosseguimento das reformas iniciadas em matéria de saneamento e gestão transparente das finanças públicas, bem como de integração à União económica e monetária oeste africana. Ela deseja, de acordo com o Governo e os outros parceiros, assumir o papel de chefe de fila neste sector onde as intervenções são numerosas e a necessidade de coordenação particularmente importante.

A fim de melhorar a eficácia do dispositivo existente e ter em conta os resultados obtidos ou as carências observadas, são propostas as adaptações seguintes:

- Concentração na formação dos quadros, sob a forma de bolsas ou estágios na sub-região, no plano profissional mas também linguístico, de modo a que estejam em condições de contribuir eficazmente nos trabalhos da sua administração relativamente às instâncias financeiras cuja língua de trabalho é o francês. Estas acções de formação inserem-se nomeadamente no âmbito da Organização Africana do Direito dos Negócios (OHADA), na qual Guiné-Bissau é membro.
- Um apoio institucional é dado à reorganização dos serviços do Ministério das Finanças.
- O seguimento do projecto de informatização é assegurado à partir de 2009 por um voluntário internacional e, tendo a assistência técnica informática sido mudada e posto à disposição dos Impostos ou das Alfândegas, de acordo com o Governo.

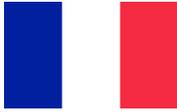
Com vista a favorecer a criação, o mais rapidamente possível, de um ambiente de negócios saudável e atractivo, propício ao desenvolvimento dos investimentos e de um sector privado formal forte, a cooperação franco-bissau-guineense acompanha os programas e iniciativas em curso ou em estudo nesta área, em especial à do Banco Mundial. A Missão económica regional com sede em Dakar favorece os intercâmbios entre as comunidades de negócios e organizações consulares bissau-guineenses e francesas.

(b) Estado de Direito

O período 2008-2010 será pontuado de prazos eleitorais cruciais para o futuro. Neste contexto, em concertação com os parceiros mais activos no acompanhamento destes processos (Comissão europeia, PNUD e Escritório de apoio das Nações Unidas na Guiné-Bissau, Portugal), a França intervém no reforço das capacidades, no seio dos órgãos de soberania e da sociedade civil.

O contributo dos actores da sociedade civil para a consolidação do Estado de Direito e da governação é essencial. São com efeito, os melhores colocados para levar a cabo de maneira relevante as prioridades das populações em matéria de controlo democrático. A implicação dos actores da sociedade civil neste processo, sob forma de participação em micro-projectos, é favorável ao reforço das suas capacidades.

Em coerência com o eixo 4 do DENARP, a cooperação de proximidade destina-se prioritariamente aos grupos mais vulneráveis, e permite apoiar acções de forte impacto social, nomeadamente para o benefício das mulheres e das crianças, para o reconhecimento e o respeito dos seus direitos. Esta acção é conduzida em parceria com o Instituto da Mulher e da Criança.



A promoção do Estado de Direito e da governação democrática, apoiada pelo diálogo político bilateral e europeu com as Autoridades e os responsáveis políticos, toma especificamente a forma:

- de uma contribuição para os programas comunitários e multilaterais de apoio aos órgãos de soberania, particularmente nas suas vertentes formação;
- de co-financiamentos de seminários de sensibilização e de formação de jornalistas;
- do financiamento de estágios e de intercâmbios sub-regionais de responsáveis associativos.

(c) Questões de defesa e de segurança

Defesa

Pela sua contribuição conseqüente aos meios financeiros implementados no quadro comunitário do 10º FED e da Política europeia de segurança e de defesa (PESD), a França, convencida que a reforma do sector de segurança não pode ter êxito fora das relações políticas de Estado à Estado e sem medidas concretas e imediatas de apoio às forças armadas, acrescenta os recursos próprios bilaterais da sua cooperação militar. De acordo com os resultados de um exame das prioridades nacionais por uma comissão mista que teve lugar no primeiro semestre de 2008, a cooperação militar francesa determina às formas de intervenção mais susceptíveis de contribuir eficazmente para a preparação das forças armadas ao seu dever de defesa da ordem republicana, e nomeadamente:

- prosseguimento dos programas de formação na rede das Escolas nacionais à vocação regional (ENVR), financiadas na África pela França, completados pela formação linguística.
- preparação de elementos das forças armadas, sob forma de formações, fornecimento de equipamentos ligeiros e apoio logístico à exercícios de treino multinacionais, à missões de manutenção da paz no âmbito das forças em espera da União africana.

Segurança

Sendo um processo integrado, a reforma do sector de segurança compreende não apenas a das forças armadas mas também a da justiça e a da polícia, que são confrontadas aos desafios importantes que representam para o país o tráfico de narcótico, a criminalidade organizada e as migrações clandestinas. O impacto negativo destes fenómenos na imagem externa da Guiné-Bissau, o perigo de desestabilização nacional e regional que provocam, mas também os desafios que suscitam em termos de segurança interna dos Estados europeus, impõem à França o dever de agir com os meios que possui, ao lado das Autoridades e dos outros parceiros, no sentido de erradicar esses males. As acções conduzidas têm em conta a dimensão regional incontestável de todas as formas de criminalidade organizada que envolvem a Guiné-Bissau:

- apoio ao assistente técnico residente em Dakar nas actividades de investigação e trocas de informações com a polícia judicial;
- acção a favor da criação de uma plataforma regional de troca de informações que reúnem os oficiais de ligação dos países parceiros, e particularmente os da União Europeia;
- apoio à formação dos elementos da unidade anti-droga da polícia judiciária, nomeadamente sob forma de estágios e intercâmbio de pessoas no âmbito da sub-região;

(d) Desenvolvimento solidário

No quadro do FSP mobilizador "Apoio às Iniciativas de co-desenvolvimento", a cooperação de proximidade, em colaboração com o Instituto nacional das migrações, apoia as iniciativas económicas dos migrantes e mobiliza as competências da diáspora para o benefício do desenvolvimento local das regiões de origem. Trata-se nomeadamente de contribuir para a dissuasão das migrações clandestinas, apoiando as iniciativas e projectos das associações de migrantes e/ou das ONG locais que visam à criação de actividades económicas geradoras de rendimentos e de empregos.

O programa de bolsas de ensino superior contribui também para a política francesa de co-desenvolvimento, permitindo à jovens diplomados Bissau-guineenses formados na França ou na sub-região de inserir-se no mundo do trabalho ou desenvolver uma actividade económica após o seu regresso ao país.



A oferta em formações superiores em áreas orientadas bem como as trocas de peritagem nos domínios científicos, técnicos ou culturais permitem por último o desenvolvimento de correntes positivas de circulação das pessoas entre os dois países.

Ensino do francês, cooperação cultural e mobilidade estudantil

(a) Ensino do francês

Para assegurar a sua estabilidade, dinamizar o seu desenvolvimento económico e reforçar as suas capacidades humanas, a Guiné-Bissau deseja aperfeiçoar a sua integração regional e dotar-se de meios para intercambiar com a África francófona e para trabalhar com as suas empresas. Os seus vizinhos imediatos são francófonos e pertencem como ela à zona franca, e é membro da Organização internacional da Francofonia. O ensino do francês é uma prioridade dos programas de ensino e é objecto de uma forte procura de uma proporção significativa da população, que vê nele um vector de progressão económica e social e de inserção no mercado do emprego.

Tendo em conta este contexto e a paisagem linguística e educativa da Guiné-Bissau, este programa, conduzido em parceria com as administrações em causa, a Organização internacional da Francofonia, a Associação dos Professores de Francês da Guiné-Bissau e com o apoio do Centro cultural Franco-Bissau-Guineense, visa quatro objectivos:

- Formar professores de francês a fim de preencher progressivamente o défice na matéria, propondo uma oferta de formação contínua complementar à formação inicial;
- Propôr aos jovens saídos do sistema educativo, comprometidos no mercado de trabalho ou à procura de um emprego, uma oferta de formação em francês generalizada, de qualidade e atractiva;
- Satisfazer a forte procura em francês em objectivos específicos que emanam das administrações, dando a prioridade às que estão relacionadas aos domínios de intervenção da cooperação francesa (forças armadas e polícia, justiça, órgãos de soberania, de urbanismo e de saúde);
- Contribuir no desenvolvimento do sector privado com uma oferta de formação em francês profissional destinado às empresas.

(b) Cooperação cultural

Após ter sido queimado e destruído durante o conflito de 1998-1999, o Centro Cultural Franco-Bissau-Guineense (CCFBG) foi reconstruído pela França e reabriu as suas portas em 2004. Montra da cooperação cultural francesa, é dotado de equipamentos que o fazem um dos lugares mais activos da vida cultural do país.

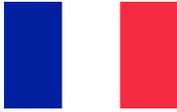
Sua actividade durante os cinco próximos anos está orientada, com o acordo do seu Conselho de administração, para o prosseguimento dos objectivos seguintes:

- Propor uma programação concebida nomeadamente em função do contexto económico, social, cultural e linguístico da Guiné-Bissau;
- Participar na promoção local, sub-regional e internacional das produções artísticas Bissau-guineenses de qualidade;
- Favorecer os debates de ideias e a divulgação do saber científico e técnico;
- Estender a divulgação cultural às cidades secundárias do interior do país.

(c) Mobilidade estudantil

O programa de bolsas de ensino superior, componente essencial do conjunto das acções de reforço das capacidades humanas, contribui para a política francesa de co-desenvolvimento, permitindo à jovens diplomados Bissau-guineenses formados na França ou na sub-região de inserir-se no mundo do trabalho ou desenvolver uma actividade económica após o seu regresso ao país. A consideração desta dimensão conduziu a França a reconsiderar o programa de bolsas propondo:

- um número reduzido de áreas de formação escolhidas em função das suas saídas no mercado de trabalho e a sua coerência com os programas de cooperação (finanças, governação financeira, administração pública, infra-estruturas, saúde);



- uma melhor adaptação da duração dos estudos em função das necessidades do mercado do trabalho e dos critérios de recrutamento da função pública;
- um mecanismo de seguimento e acompanhamento dos antigos bolsеiros, em parceria com a Associação Bissau-Guineense dos Amigos da Francofonia (ABGAF);

Além do programa de bolsas, a política de promoção do ensino superior é orientada para o desenvolvimento de parcerias universitárias entre estabelecimentos superiores dos dois países.

3.4. Os programas sectoriais orientados nos OMD

Infra-estruturas do desenvolvimento urbano (sector de concentração)

Como indica no DENARP, "a insuficiência e o mau estado das infra-estruturas constituem o maior obstáculo que impede a valorização das potencialidades do país e o desenvolvimento humano", e sua construção é "a pedra angular do processo de redução da pobreza, que estrutura a abordagem escolhida tanto nos sectores produtivos como nos sectores sociais". A ausência, a fraqueza ou as deficiências das infra-estruturas, situação crítica e sem equivalente na sub-região, tendo nomeadamente por origem a insuficiência dos investimentos públicos, repercute-se em todos os sectores (transportes, energia, hidráulica, saneamento, telecomunicações).

Neste contexto de procura forte e multissectorial em infra-estruturas, a situação das cidades, e em especial da capital, Bissau, é particularmente preocupante: a produção e a distribuição de água e electricidade são nesta cidade consideravelmente deficitárias, as vias de circulação secundárias, geralmente degradadas, não são suficientes para servir um espaço urbano em forte expansão, e a situação é a mesma para as redes de saneamento e evacuação das águas. As populações pobres da capital, que já acolhe mais de um terço da população do país e mostra uma taxa de crescimento demográfica elevada, são as primeiras atingidas pela ausência de estruturação urbana e de equipamentos, uma situação incessantemente agravada pelo desenvolvimento anárquico, à periferia, de bairros insalubres feitos de habitações espontâneos.

Para limitar os riscos sociais, sanitários ou ambientais que decorrem deste forte crescimento urbano, a França, através da Agência francesa de desenvolvimento (AFD), propõe-se apoiar programas de investimento a favor das infra-estruturas e dos equipamentos urbanos. Estes programas poderão envolver com prioridade :

- o abastecimento de água potável e/ou o saneamento;
- a circulação e a deslocação urbana;
- o ordenamento dos espaços e a construção de tramas urbanas.

Em complemento dos contributos franceses às intervenções multilaterais e as acções da Comissão europeia a favor das infra-estruturas pesadas de transporte e de energia, a ambição aqui é, de imediato, assegurar a continuidade das iniciativas de recursos limitados mas de uma importância essencial a favor das zonas urbanas. Hoje exclusivamente colocadas sob o controlo de obra do Estado, estas infra-estruturas poderão ulteriormente ser implementadas no quadro de uma política nova de descentralização.

Uma abordagem integrada do desenvolvimento urbano, combinando infra-estruturas locais estruturantes, desenvolvimento do acesso aos serviços básicos, planificação urbana e melhoria da gestão urbana, será tanto ou quanto possível privilegiada.

A intervenção da AFD nas infra-estruturas e equipamentos urbanos responde ao desafio de desenvolvimento sustentável que é colocado no centro das suas acções e que visa simultaneamente três objectivos: (i) o crescimento económico, (ii) a redução da pobreza e das desigualdades sociais e (iii) a protecção do ambiente e o respeito dos direitos humanos. A intervenção sectorial valoriza a avaliação francesa e traz à Guiné-Bissau um "savoir-faire" reconhecido internacionalmente nos domínios da hidráulica, do saneamento e do ordenamento urbano. A intervenção da AFD inscreve-se por último num eixo prioritário do DENARP, e é complementar à acção já lançada por alguns doadores multilaterais (nomeadamente Banco Mundial e BOAD) cujos financiamentos revelam-se insuficientes para responder as grandes necessidades.



Saúde

(acção de acompanhamento)

A cooperação francesa em saúde é de longa data. A sua realização emblemática, o Hospital de Mansôa, é hoje uma ilustração de uma parceria inovadora que vincula a Guiné-Bissau, a França e a Espanha. Esta experiência piloto iniciada em Dezembro de 2006 tinha por objectivo de levar o estabelecimento num processo de autonomia administrativa e de gestão. Chegou hoje a seu termo, e a cooperação espanhola, bem como o FNUAP, continuam a acompanhar este processo.

A fim de permitir às instituições de continuar esta política de prosseguimento autónomo e controlado dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento em matéria de saúde, a França propõe a manutenção de um apoio ao Ministério da Saúde sob forma de avaliação técnica internacional ao benefício do Programa nacional de desenvolvimento sanitário (PNDS), que impõe uma pilotagem estratégica das intervenções técnicas, das parcerias e dos financiamentos. Esta peritagem técnica residencial poderá ser financiada a partir de 2009 na base do Fundo de peritagem e reforço das capacidades (FERC) mobilizado pela AFD.

A assistência técnica levará a cabo acções orientadas que têm por objectivos:

- de contribuir para a melhoria da qualidade dos cuidados pelo desenvolvimento dos recursos humanos;
- de apoiar o desenvolvimento dos hospitais de referência regionais, os cuidados obstétricos de emergência e os laboratórios clínicos, a partir das lições da experiência de Mansôa;
- de favorecer a coordenação do financiamento sectorial e a gestão da ajuda externa (Fundo Mundial e GAVI) e melhorar assim a disponibilidade dos medicamentos essenciais.

3.5. As modalidades de implementação do documento quadro de parceria

(a) *Contrapartidas nacionais*

O compromisso do Governo na cooperação franco-bissau-guineense tem a forma de uma mobilização de contrapartidas administrativas, se possível financeiras, e até mesmo logísticas.

(b) *Formas da ajuda*

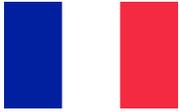
A diversidade dos outros meios mobilizáveis é uma vantagem comparativa da cooperação franco-bissau-guineense. Estes meios são escolhidos por cada actor em função dos seus procedimentos e o instrumento financeiro ou técnico em causa:

- O “aide-projet” é privilegiado para o reforço de capacidades, a mobilização de peritagem técnica ou o financiamento de operações quando o quadro sectorial não é suficientemente estruturado;
- O “aide-programme” é reservado às intervenções num contexto sectorial estruturado que beneficie de capacidades importantes de pilotagem e de implementação.

A ajuda pode igualmente transitar por programas regionais (CSRP, OMVG) aos quais a França contribui financeiramente. Pode tomar a forma de participações em projectos multi-países relativos à problemáticas que têm uma dimensão regional (luta contra o branqueamento, co-desenvolvimento, protecção dos recursos haliêuticos) ou problemáticas específicas (governança, apoio aos quadros estratégicos de luta contra a pobreza). Pode também passar por parcerias entre estabelecimentos universitários. Por último, co-financiamentos, no quadro de parcerias inovadoras (Cooperação triangular com o Brasil) são igualmente possíveis.

(c) *Instrumentos da ajuda*

Devido à situação da Guiné-Bissau (PMA em situação de forte endividamento), os instrumentos seguintes são retidos:



- dons que passe pelo canal dos créditos de intervenção anuais e plurianuais do Ministério dos Negócios estrangeiros e europeus (FSP países, FSP mobilisadores e regionais e FSD)¹ ou mecanismos da Agência francesa de desenvolvimento (Subvenção-projecto, Fundos de peritagem e reforço das capacidades, Facilidade de Inovação Sectorial ONG);
- peritagem técnica internacional, instrumento determinante para o reforço das capacidades utilizável, sob várias formas, nos sectores de cooperação.
- parcerias entre institutos de investigação ou estabelecimentos de ensino superior.

Aos instrumentos da ajuda destinado ao Estado, acrescentam-se mecanismos e instrumentos que têm por objectivo apoiar as iniciativas privadas, indispensáveis ao desenvolvimento do país:

- Ofertas do Grupo da Agência francesa de desenvolvimento: financiamentos da sua sucursal Proparco, que pode responder às necessidades financeiras do sector privado e aos pedidos de investimentos produtivos; garantia parcial de crédito aos bancos locais nas suas actividades de refinanciamento das instituições de micro-finança e financiamento das pequenas e médias empresas (ARIZ).
- Intercâmbios entre comunidades de negócios e organizações consulares: a) missões de empresas dos dois países; b) participação de delegações de empresas Bissau-guineenses aos eventos, colóquios e seminários regionais organizados na sub-região pela Missão económica; c) jornadas de informação sobre a Guiné-Bissau organizadas em França ou nos países vizinhos.

(d) Implementação, seguimento e avaliação da parceria

A metodologia está centrada na concertação com as Autoridades, os actores, os beneficiários e os parceiros. Os principais interlocutores da parceria são a Direcção-Geral da cooperação internacional do Ministério dos Negócios estrangeiros, responsável pela coordenação da ajuda, o Grupo dos parceiros da Guiné-Bissau, bem como os adidos de cooperação da Delegação da Comissão e dos Estados-Membros da UE, responsáveis pelo Código de conduta europeu.

Os projectos e programas soberanos financiados pela AFD são levados a cabo sob o controlo de obra do Governo Bissau-guineense.

Concertação anual paritária

A institucionalização do diálogo com o Governo é combinada com a flexibilidade indispensável à eficácia e a adaptabilidade da ajuda, sob forma de Comité paritário de concertação bilateral que se reúne uma vez cada ano, em Julho, a fim de preparar o exercício de programação orçamental anual.

Revisão a meio-percurso

A cooperação num Estado frágil deve conciliar o imperativo da previsibilidade da ajuda com a flexibilidade de adaptação necessária num contexto fortemente evolutivo. Dois anos e meio após a sua assinatura, o DCP é objecto de um reexame paritário destinado a verificar, em função da evolução da situação do país e da relação bilateral, a pertinência das escolhas fundamentais na base das quais foi concebido.

Comités de pilotagem

Quando a dimensão de um programa o justifica, um Comité de pilotagem *ad hoc*, instância de decisão co-presidida pela França e pela Guiné-Bissau numa base paritária, é constituído. O Comité de pilotagem do FSD associa os diferentes actores franceses e os representantes da sociedade civil.

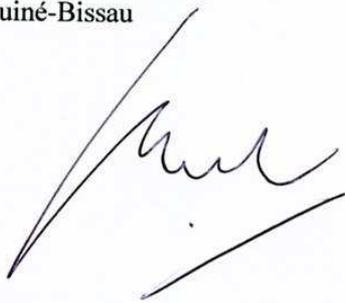
Comité local de ajuda ao desenvolvimento

Reunido uma vez por ano sob a presidência do Embaixador, antes do encontro do Comité paritário, é composto pelo conjunto dos actores franceses implicados na implementação do DCP.

¹ FSD – “Fonds de solidarité prioritaire” : instrumento financeiro para a acção da cooperação francesa que pode estar ligado a um país, uma região ou uma temática.

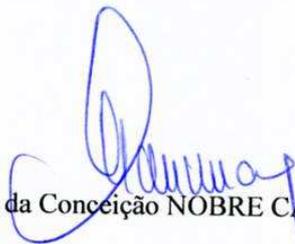
Feito em Bissau, no dia 18 de Julho 2008

O Embaixador da França
em Guiné-Bissau



Jean-François PAROT

A Ministra de Assuntos Estrangeiros,
de a Cooperação Internacionais
e das Comunidades



Maria da Conceição NOBRE CABRAL



Anexo 1 - Articulação entre a estratégia de redução da pobreza na Guiné-Bissau e as intervenções da cooperação francesa

Estratégia nacional de redução da pobreza (DENARP)		Estratégia da cooperação francesa	
Eixos	Prioridades	Finalidades	Concentração
Reforço da governação, modernização da administração pública e garantia da estabilidade macro-económica	Reforçar a governação e garantir a estabilidade macro-económica	Continuação da melhoria da governação financeira	Governação e Estado de Direito
	Consolidar o Estado de direito e apoiar a descentralização/concentração social	Consolidação do Estado de direito	
	Reformar o sector da segurança	Contribuição à reforma do sector da segurança	
	Modernizar a administração e reforçar as capacidades	Desenvolvimento e reforço do capital humano	Ensino do francês, cooperação cultural e mobilidade estudantil
Promoção do crescimento económico e da criação de empregos	Melhorar o ambiente dos negócios e estimular os sectores contratando as populações pobres	Desenvolvimento das infra-estruturas afim de favorecer as actividades económicas e melhorar o acesso aos serviços sociais de base	Infra-estruturas do desenvolvimento urbano
	Desenvolver as infra-estruturas de apoio à produção		
Aumento do acesso aos serviços e às infra-estruturas de base	Melhorar o acesso a uma educação de qualidade		
	Melhorar a situação sanitária das populações		
	Melhorar o quadro de vida das populações		
Melhoria das condições de vida dos grupos vulneráveis	Promover a integração socio-económica dos grupos vulneráveis		
	Desenvolver acções específicas de ajuda aos grupos vulneráveis		

Anexo 2 – Articulação entre as intervenções da França e às dos outros doadores

Eixos prioritários (DENARP)	Banco Mundial	Nações Unidas	Banco africano de desenvolvimento	Banco islâmico de desenvolvimento	UEMOA - BOAD	Comissão europeia	Alemanha	Angola	Brasil	China	Cuba	Dinamarca	Espanha	Índia	Itália	Koweit	Países Baixos	Portugal	Suécia	França
Reforço da Governação, modernização da administração pública e garantia da estabilidade macro-económica																				
Estabilidade macro-económica	X	X	X		X	XX		X		X			X				X	X		
Reforma administração pública		X	X			X														
Consolidação do Estado de direito					X	X														X
Reforma do sector da segurança						X		X	X									X		X
Promoção do crescimento económico e da criação de empregos																				
Desenvolvimento sector privado	XX																		X	
Pesca, agricultura, agroalimentar		X	X			X				X		X		X		X	X	X		
Turismo e artesanato		X								X						X		X		
Aumento do acesso aos serviços e às infra-estruturas de base																				
Educação	XX	X	X				X				X		X				X	XX		X
Saúde	X	X	X								X	X	X		X		X	XX	X	X
Água e energia	XX				X	XX				X				X				X		
Transportes & telecomunicações	X		X		X	X		X		X								X		
Desenvolvimento urbano	X		X																	X
Melhoria das condições de vida dos grupos vulneráveis																				
Mulheres		X					X				X							X		
Doentes do VIH-SIDA		X							X		X									X

> 100 M€ **XXX** 50-100 M€ **XX** 10-50 M€ **X** < 10 M€